

CADERNOS

DCP

Nº 8

Número Conjunto

Revista
do Departamento
de História
Nº 10



100 ANOS

DE REPUBLICA

Departamento de História
Departamento de Ciência Política
FAFICH/UFMG
Apoio CNPQ



**Revista do
Departamento de História**

Nº 10

Cadernos DCP - Nº 8

NÚMERO CONJUNTO

Departamento de História

e

Departamento de Ciência Política

FAFICH/UFMG

Apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento

Científico e Tecnológico - CNPq

1990

REITORA DA UFMG

Profa. Vanessa Guimarães Pinto

DIRETORA DA FAFICH/UFMG

Prof. Paulo Roberto Saturnino

VICE DIRETOR

Prof. Túlio Mourão

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Prof. Daniel Valle Ribeiro

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Prof. Sérgio de Azevedo

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Douglas Cole Libby (ed.)

Prof. José Clóvis Machado (ed.)

Profa. Regina Horta Duarte

Profa. Lucília de Almeida Neves Delgado

Prof. Domingos Antônio Giroletti

Prof. Luiz Aureliano Gama de Andrade

Revisão dos autores

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

APOIO: CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa

PRODUÇÃO GRÁFICA

Mazza Edições, a partir de composição fornecida.

MONTAGEM

Joyce Lamaita Perim

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 1

Leônidas Prates Lafetá

REPÚBLICA, 1889/1989, 4

Francisco Iglésias

AUTORITARISMO E DEMOCRACIA NA REPÚBLICA BRASILEIRA, 17

Fábio W. Reis

REPÚBLICA E TRABALHO NO REGISTRO DA BURGUESIA, 28

Eliana Regina de Freitas Dutra

O BARÃO DA RALÉ - A POLÍTICA DE PONTA-CABEÇA, 40

Delsy Gonçalves de Paula
Heloísa M. Murgel Starling

O INÍCIO DAS MUDANÇAS, 56

Ademir Gebara

CONVERSA COM LUIZ CARLOS PRESTES, 64

Lucília de Almeida Neves Delgado

A REPÚBLICA DO TRABALHO: A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR-CIDADÃO EM MINAS GERAIS NO ALVORECER DO SÉCULO XX, 79

Luciano Mendes de Faria Filho

EMPRESARIADO E POLÍTICA EM MINAS GERAIS, 93

Otávio Soares Dulci

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM MINAS: COMENTÁRIOS SOBRE OS DEPOIMENTOS DE ANTÔNIO OLINTO DOS SANTOS PIRES, 125

Sheila Brandão Baggio

"MONARQUIA E PRIMEIRA REPÚBLICA: A NATUREZA DO PACTO DE DOMINAÇÃO SEGUNDO INTERPRETAÇÕES CORRENTES NA HISTORIOGRAFIA", 132

Vera Alice Cardoso Silva

EM BELO HORIZONTE OPERÁRIOS VESTEM CAMISAS VERDES?, 151

Yonne de Souza Grossi
Maria Auxiliadora Faria

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM MINAS: COMENTÁRIOS SOBRE OS DEPOIMENTOS DE ANTÔNIO OLINTO DOS SANTOS PIRES

Sheila Brandão Baggio

Professora do Departamento de História/UFMG

RESUMO

Análise de dois textos escritos por Antônio Olinto dos Santos Pires, primeiro presidente interino do Estado de Minas Gerais, após a Proclamação da República. Os depoimentos contêm informações sobre a idéia republicana em Minas, a organização do Partido Republicano Mineiro, e fatos ligados à proclamação da República em Ouro Preto.

ABSTRACT

Analysis of two texts written by Antônio Olinto dos Santos Pires, the first provisional president of Minas Gerais, after the Republic's Proclamation. The testimonies give information about Republican ideas in Minas Gerais, the organization of the Partido Republicano Mineiro and facts related to the Republic's Proclamation in Ouro Preto.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, procuraremos fazer uma leitura crítica do *testemunho* de figura de relevo na propaganda e proclamação da República em Minas - o engenheiro Antônio Olinto dos Santos Pires - que, em 17 de novembro de 1889, por designação do Ministro da Justiça do Governo Provisório da República, recebeu o governo de seu Estado das mãos do Visconde de Ibituruna.

Utilizaremos dois textos de Antônio Olinto publicados pela Revista do Arquivo Público Mineiro em 1927. São eles: "A idéia republicana em Minas; sua evolução; organização definitiva do Partido Republicano" e "A proclamação da República em Minas Gerais. O 15 de novembro em Ouro Preto".¹

Nossas considerações pretendem atingir dois objetivos distintos. O primeiro será a procura das explicações dadas pelo autor a respeito da proclamação da República aliadas às representações existentes em torno desse acontecimento. O segundo será a tentativa de avaliar o significado e os limites desse depoimento.

¹ A leitura e análise desses documentos se deveu a informações contidas em: REZENDE, Maria Efigênia L. *Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1886-1906)*. Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1982. 261 p. Ambos os textos foram publicados *post mortem* pela Revista do Arquivo Público Mineiro.

Abordaremos inicialmente o texto "A idéia republicana em Minas Gerais".² Antônio Olinto começa seu trabalho referindo-se à localização geográfica e circunstâncias do povoamento de Minas Gerais. Aí residem, para o autor, os germes do espírito de revolta que marcou a relação dos mineiros com a Metrópole pois "vivendo longe do litoral e dele separada por grandes dificuldades de transporte, essa população só sentia o influxo das autoridades da Metrópole pelos vexames e opressões que as leis de então autorizavam".³ Os mineiros começam a desejar a emancipação política e, menos de um século depois de iniciado o povoamento (que remontava ao final do século XVII) já se cogitava da organização de uma República independente.⁴ Em seguida, Antônio Olinto reporta às várias sedições ocorridas em Minas durante o período colonial, que vão culminar na Conjuração Mineira.⁵ Considera que os mineiros aceitaram a organização do Império, após a independência, porque "na época, outra (organização) não poderia medrar",⁶ mas lembra que sempre foram reticentes quanto à conduta de D. Pedro I. Cita as revoluções liberais de 1833 e 1842 em Minas e destaca a importância que teve a Guerra do Paraguai para a disseminação das idéias republicanas. Segundo ele

"o cotejo que grande número de brasileiros pôde, então, fazer das instituições republicanas do Prata com o regime monárquico que tínhamos, mantendo a escravidão que atentava contra os sentimentos de humanidade, a centralização administrativa atrofiante, uma numerosa nobreza feita exclusivamente pela vontade ou pelos caprichos do imperador (...), o desequilíbrio constante entre os poderes constituídos pela preponderância do poder moderador - tudo isso acendeu de novo as velhas aspirações liberais que se concentraram na campanha republicana".⁷

Antônio Olinto informa que o Partido Republicano só teve uma organização definitiva em Minas, em 1888. Compara a trajetória anterior dos republicanos a uma nebulosa em evolução "que se concentrava, às vezes, formando núcleos, para se dissolver depois, em movimento constante, dividindo-se, fragmentando-se, avolumando-se, mais tarde, pelo encontro de elementos dispersos (...)".⁸

Em seguida, refere-se a dois jornais republicanos de destaque - "O Jequitinhonha", de Diamantina e "O Colombo" de Campanha. Cita artigo deste último, datado de março de 1879, onde se faz uma avaliação do Império, edifício ameaçado de ruir devido a suas

2. Revista do Archivo Público Mineiro. 21(1927):12-40.

3. Idem. p. 18. (A citação sofreu atualização ortográfica. Acontecerá o mesmo com as demais).

4. Idem. Ibidem.

5. Idem. p. 19 a 22.

6. Idem. p. 22.

7. Idem. p. 23.

8. Idem. p. 24.

inúmeras incongruências e se postula a impossibilidade de chegar à República através de reformas constitucionais.⁹

O autor remonta à queda do gabinete liberal de 1868 para explicar o recrudescimento do movimento republicano. Refere-se também aos vários tipos de adesão que a causa republicana recebe nesse momento através do Brasil!¹⁰

Antônio Olinto mostra ainda como os republicanos participaram da luta eleitoral em Minas desde 1880, obtendo vitórias isoladas. Insiste em seu diagnóstico: eram numerosos, esparsos e faltava-lhes liderança.¹¹

Dando continuidade a seu trabalho, transcreve na íntegra a ata da primeira reunião do Partido Republicano, ocorrida em Ouro Preto, a 04.06.1888. Sua leitura evidencia a importância da participação de João Pinheiro da Silva, autor da maior parte das propostas aprovadas, dentre as quais se encontram: o lançamento de um manifesto no qual ficasse patente a inclinação pelo regime federativo, pela idéia de autonomia municipal; a necessidade de organização de um congresso do partido; a proteção da imprensa republicana; o estabelecimento de canais de comunicação entre os vários clubes republicanos e a organização de uma comissão executiva permanente.¹²

O congresso do partido ocorreu entre 15 e 18 de novembro de 1888, em Ouro Preto.¹³ Segundo Antônio Olinto, uma das questões que suscitava maior controvérsia naquela época era o modo como se devia preparar o advento da República; se pela "evolução da idéia" ou pela via revolucionária. A respeito da posição dos mineiros sobre o assunto, deixemos falar a memória do autor:

*"No dia em que se findaram as sessões do nosso Congresso, nós, os republicanos de Ouro Preto, oferecemos aos correligionários que ali tinham ido, um **lunch** à hora da despedida. Nesse **lunch**, João Pinheiro pronunciou o seguinte brinde sintético que reunia todas as opiniões presentes: - 'Meus amigos, o momento é antes de ação do que de palavras e de discussões; saudemos o advento da República, pela evolução ou pela revolução'.¹⁴*

O segundo texto de Antônio Olinto - "A proclamação da República em Minas"¹⁵ se detém na descrição das circunstâncias imediatas que antecederam o 15 de novembro, como chegaram a Minas as notícias da proclamação e os desdobramentos políticos do acontecimento, nos quais teve atuação de destaque o depoente que, como já

9. Idem. p. 25 a 26. O autor menciona a seguir, outros jornais mineiros envolvidos com a causa republicana. Ver p. 29.

10. Idem. p. 26 a 29.

11. Idem. p. 30 e 31.

12. Idem. p. 32 e 33.

13. Idem. p. 37.

14. Idem. p. 39.

15. Revista do Archivo Publico Mineiro. 21(1927):149/182.

assinalamos, assumiu interinamente o governo, tendo entregado o cargo a Cesário Alvim em 25.11.1889.

O autor fala de um Partido Republicano que era forte em 1889, obtendo adesão das áreas mais progressistas da província e que sofria perseguições por parte dos liberais.¹⁶

Destaca medidas propostas pelo Visconde de Ouro Preto na capital para tentar contornar a crise geral vivida pela monarquia, detendo-se de modo especial na idéia de federação, endossada por alguns liberais e que não contaria com a oposição do imperador.¹⁷

O quadro traçado para retratar o 15 de novembro sugere uma total ignorância dos mineiros quanto ao que estava acontecendo no Rio de Janeiro. A notícia chegou a Ouro Preto por telegrama, na tarde de 15.11 e foi recebida com incredulidade, até mesmo pelos adeptos da República. As iniciativas dos políticos da situação foram meramente verbais. Liberais e conservadores sugeriram ao Visconde de Ibituruna que reagisse. Ele não aquiesceu. Os republicanos receberam a adesão de funcionários da Central do Brasil e do corpo de polícia, embora mantivessem explosivos na tipografia do "Movimento", jornal do partido, temendo represálias.¹⁸

Antônio Olinto assumiu interinamente o governo, mediante ofício de Aristides Lobo, Ministro da Justiça. Dentre as medidas que tomou, destacamos a criação de uma "guarda cívica", composta de "rapazes da Escola de Minas e da de Farmácia e outros moços partidários das novas instituições".¹⁹ Eles foram alojados no quartel de linha, antes ocupado por soldados do 9º Regimento de Cavalaria, que naquele momento estavam em São João del Rei e receberam ordens de Antônio Olinto de lá permanecer.

Em 20 de novembro, o governador interino dirigiu um manifesto aos mineiros, publicado em vários jornais, no qual louvava a democracia, a liberdade, a confraternização nacional, o progresso, a civilização e dizia:

*Esta província, que é hoje o Estado de Minas Gerais, se orgulha de contemplar, após um século de lutas indefesas pela causa da democracia, a glorificação de seus filhos mártires do despotismo monárquico da casa de Bragança, erguendo ao lado do patíbulo de Joaquim José da Silva Xavier, o trono onde se assenta a Majestade popular da Pátria Brasileira.*²⁰

Antes, em 18 de novembro, Antônio Olinto recebera do presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto, o Barão de Saramenha, a notícia de que este havia convocado uma sessão extraordinária daquele órgão para dar posse ao novo governo. Lembrou, então ao Barão que tratava-se de cerimônia dispensável, pois já se encontrava em

16. Idem. p. 149 a 152. Em virtude dessas perseguições os Clubes Republicanos se transformaram em Sociedades Secretas.

17. Idem. p. 151.

18. Idem. p. 153/162.

19. Idem. p. 163. A "guarda cívica" que passou a vigiar os edifícios e repartições públicas recebeu carabinas Comblain, o melhor armamento então existente. Por ocasião da cerimônia de organização regular da guarda, o novo chefe de polícia, Aristides Maia arrematou seu discurso, dizendo: "Desde que o soldado se tinha feito cidadão, não era demais que o cidadão também se fizesse soldado". (p. 170). A guarda foi dissolvida por Cesário Alvim.

20. Idem. p. 164/165.

exercício. Foi convidado e concordou em prestar juramento perante a mesma Câmara.²¹

José Cesário de Faria Alvim, o governador efetivo nomeado por Deodoro da Fonseca, assumiu o governo nos últimos dias de novembro e dirigiu ao povo um manifesto. Exaltando a tolerância, a abnegação pessoal, a fraternidade e a justiça, o novo governador esclareceu que se encontrava em sua fazenda, afastado da política, por ocasião da proclamação. Tinha resolvido deixar a vida pública devido a malentendidos diante de sua posição, já em 1887, de defesa da idéia da federação sob o regime monárquico. Fazendo alusão à "alma bondosa e patriótica" do imperador, Cesário Alvim assim explicava a derrocada da monarquia:

*"Infelizmente para si (imperador) e para os seus, escaparam ao seu alto espírito, conturbado pela enfermidade, os manejos de ambições criminosas que, às ocultas, se lhe ajustavam em derredor, para irromperem triunfantes e dominadoras, quando a obra da corrupção e da violência tivesse de todo abatido a alma nacional. Mal orientada antes, do que perversa, irrefletida e subjugada pela vertigem das alturas, a política que subverteu de súbito a causa da monarquia, à qual pudera prestar os melhores serviços, atenta a capacidade de seus representantes, viu acreditar, com as mais pungentes comoções, o resultado de sua triste imprevidência - máquina arrebatada por tapamento quase completo de suas válvulas."*²²

Ao final de suas colocações, Antônio Olinto mostra como a imprensa de Ouro Preto, representada por quatro jornais ("O Liberal Mineiro" - do Partido Liberal, "A Província de Minas" - órgão conservador, "A União", neutro, voltado para a publicação de atos oficiais, e o "Movimento", do Partido Republicano) reagiu à proclamação da República. Houve mudança na orientação e denominação de todos, exceto o republicano.

O antigo "O Liberal Mineiro" passou a chamar-se "Jornal de Minas". Os liberais acreditavam em uma monarquia constitucional onde haveria lugar para todas as aspirações democráticas. Acreditavam ainda na evolução lenta e sem abalos para uma nova ordem.²³ Lamentavam que a república tivesse se concretizado sem reformas que consideravam básicas.²⁴

O jornal conservador passou a se denominar "A Ordem". Seus redatores explicavam que a mudança de nome tinha a ver com a sua orientação e programa. Identificavam o momento vivido com o de convulsão interna, em decorrência da "revolução militar" que derrubara a monarquia. Portanto, a ordem - "síntese da idéia conservadora",

21. Idem. p. 165/167. Antônio Olinto disse. "Juro promover e desenvolver o progresso do Estado, respeitar em todas as circunstâncias a liberdade e reconhecer sempre os direitos e a soberania do povo"

22. Idem. p. 173. Cesário continua sua crítica à política do Império, dizendo que o lema da instituição deposta era: "tudo pelos partidos vencedores e nada pela Pátria". (p. 174).

23. Idem. p. 176.

24. Idem. p. 177. Eles sonhavam com a prosperidade através do federalismo, lutavam pela liberdade individual, de pensamento e eleitoral, pela "co-participação do povo no governo da Nação" e pelo sufrágio universal.

fundamento de repúblicas e monarquias, era mais do que necessária.²⁵

Os conservadores não festejaram o novo regime mas demonstraram-lhe respeito embora lamentassem as numerosas adesões devidas "à fraqueza de caráter e à especulação de políticos sem fé, já desacreditados sob o regime imperial"²⁶ Manifestaram seu desejo de legalidade, reivindicando uma constituinte e afirmavam que "a ditadura, dolorosa necessidade nos períodos de transição política, deve limitar-se a período breve".²⁷ Para os conservadores, a queda da monarquia se deveu à incapacidade de seus dois últimos ministérios e, especialmente à atuação do ministério de 7 de junho.²⁸

A IDÉIA REPUBLICANA E SUA VIABILIZAÇÃO

Do que foi colocado anteriormente é possível afirmar que a idéia republicana em Minas, de acordo com a visão de Antônio Olinto, estava historicamente sedimentada por um longo movimento da própria história, que começou com o povoamento da província. Nesse povoamento, a relação colonizados/colonizadores, marcada pela exploração, despertou, desde logo, o desejo de autonomia e de um governo republicano. A forma como o autor inicia, desenvolve e encerra seus textos sugere um caminho que começa nos primórdios da colonização em Minas e se estende coerentemente até a proclamação. Nesse momento, ele reverencia a figura de Tiradentes e coloca, ao lado de seu patíbulo "o trono onde se assenta a Majestade popular da Pátria Brasileira".

Para Antônio Olinto, a idéia de República não tem referências meramente locais. Ele remonta ao significado da Guerra do Paraguai, menciona as adesões que o credo republicano recebia pelo Brasil afora e se detém em explicações sobre a falência do regime monárquico que transcendem as fronteiras de Minas. Assim é que aponta problemas estruturais como: a escravidão, a centralização política e administrativa, a preponderância do poder moderador e a existência de uma nobreza caudatária da vontade do imperador. Recolhe também outros testemunhos sobre esse tema que insistem na corrupção política e ineficácia dos últimos ministérios imperiais.

Outro aspecto tratado pelo autor é o da via para a implantação da República. Ele esclarece que, desde antes, se cogitava de dois caminhos e que os mineiros, seguindo talvez uma tradição que se mantém até os nossos dias, adeririam a qualquer deles. A descrição de Antônio Olinto nos sugere, contudo, que o movimento, embora surpreendente, foi fruto de anseios gerais e visava a concretização de um projeto civil. (Somente um dos relatos faz referência a uma revolução militar: o dos conservadores). Nota-se, também, por parte de Antônio Olinto, a preocupação de garantir o 15 de novembro em Minas com uma guarda cívica. Ele se refere à Guerra do Paraguai, não do

²⁵ Idem. p. 178. O antigo jornal "A União" passou a chamar-se "O Estado de Minas".

²⁶ idem. p. 180/181. Esta pode ser uma alusão a Cesário Alvim, tido como "adesista". Ele aderiu à causa republicana no dia da apresentação do Gabinete Ouro Preto. Cf. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1976. p. 208.

²⁷ Idem. p. 181.

²⁸ Idem. p. 180.

ponto de vista do fortalecimento do espírito corporativo militar mas, realçando o que significou de contato com outras experiências republicanas.

Os textos considerados não dissimulam a fragilidade dos republicanos em Minas, suas iniciativas no sentido de se organizarem, a precaríssima articulação com o resto do país e as dissensões internas.

Em suas linhas gerais, as colocações de Antônio Olinto nos sugerem algo que veio a ser dito pelos cientistas sociais posteriormente (lembramo-nos aqui de Florestan Fernandes e Emília Viotti).²⁹ Tratava-se de uma mudança morna, incruenta, indolor. Em Minas, isso se patenteia nas reações que são apenas verbais, nas rápidas adesões à causa republicana, na tentativa da Câmara de Ouro Preto de aclamar um governador já em exercício e também, na designação de um político do Império - Cesário Alvim - para governar o Estado.

Ao nível das idéias, o grande tema do federalismo já transitava nas cabeças e discursos de liberais e republicanos, antes mesmo da proclamação. Ele nos parece mais uma bandeira, um adorno (como queria Florestan) pois o que virá a seguir, com a chancela da Constituição de 1891, está distante dos anseios e profissões de fé de 1889.

O TESTEMUNHO DE ANTÔNIO OLINTO

Ocupando o duplo lugar de ator e relator do ocorrido, o político mineiro procura despir o seu texto de juízos de valor e dar-lhe um caráter informativo, sintético e calcado nos documentos que reproduz.

Sua história é feita pelos pequenos grupos de homens, os políticos e, dentre eles, há sempre os bons e os maus. Mas, no que diz respeito às circunstâncias que descreve, Antônio Olinto permanece sobranceiro. Não dirige ataques a quem quer que seja. Louva aqueles que pode. Coloca na fala de terceiros as referências pouco elogiosas a esta ou aquela figura. É absolutamente discreto quanto à entrada em cena do adesista Cesário Alvim.

Seus escritos contêm lembranças minuciosas de fatos, pessoas e circunstâncias que apresenta, muitas vezes, de forma literária.

É movido por ideais que nem sempre se articulam com a realidade que retrata. Louvamos, contudo seu cuidado em traçar um quadro amplo e diversificado do momento da proclamação em Minas. Destacamos a importância que deu à imprensa e a preocupação em colocar, lado a lado, as diversas posições existentes.

²⁹ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. Referindo-se ao senhor agrário brasileiro diz o autor: (...) no último quartel do século XIX, e em particular na década de 80, ele se viu compelido a repudiar o próprio status senhorial, para salvar-se através do "elemento burguês" de sua situação. Projetado em um novo contexto histórico-social, esse elemento condicionaria a ruptura da sociedade civil com a ordem senhorial e a plena metamorfose do senhor agrário em cidadão da República. De acordo com a conhecida lógica de que "é melhor que se vão os anéis mas fiquem os dedos", tais adaptações tinham em mira manter, sob as condições inevitáveis de desagregação final da ordem escravocrata e senhorial, o monopólio do poder, o controle do Governo e a liderança da vida econômica nas mãos dos grandes proprietários. p. 105. COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Grijalbo, 1977. Referindo-se à Proclamação da República, diz a autora: "O movimento resultou da conjugação de três forças: uma parcela do Exército, fazendeiros do oeste paulista e representantes das classes médias urbanas que, para a obtenção dos seus desígnios contaram indiretamente com o desprestígio da monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais. (...) A debilidade das classes médias e do proletariado urbano propiciou a preponderância das oligarquias rurais até 1930. p. 326.

Universidade Federal
de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia
e Ciências Humanas
Departamento de História
e Ciência Política
Av. Antônio Carlos 6627
Caixa Postal - 253
CEP - 31270
Belo Horizonte, MG

